

Embaixador dos EUA descarta uma renegociação governo a governo

por Reginaldo Heller
do Rio

O embaixador norte-americano no Brasil, Diego Ascencio, descartou inteiramente ontem as possibilidades de uma renegociação de governo a governo em torno do pagamento da dívida externa brasileira. "Isto soa agradável", disse ele, "mas seria um escapismo", da mesma forma que tentar negociar mudanças na legislação dos Estados Unidos para beneficiar os produtos de exportação do Brasil. Ascencio referia-se, claramente, à questão do aço, tendo comentado o caráter quase irredutível de ambas as partes.

"Ocorre, porém", observou ele durante o almoço que lhe foi oferecido pela Câmara de Comércio Americana, no Rio, "que não se pode falar em protecionismo dos Estados Unidos. Lá existe uma legislação que tem de ser respeitada". O embaixador adicionou mais um argumento para justificar a quase impossibilidade de o governo norte-americano intervir em socorro das exportações brasileiras: "Trata-se

de um ano eleitoral e ninguém deverá contrariar os eleitores nesta fase".

NOVA FÓRMULA

Para Ascencio, no futuro há uma forte possibilidade de revisão das condições de pagamento da dívida externa do Terceiro Mundo, embora no momento muito pouco se possa fazer, especialmente pelos governos dos países credores.

Ontem, uma importante fonte ligada ao "advisory committee", o comitê de assessoramento da dívida externa, confirmou que as primeiras tranches do em-

préstimo "jumbo", negociado com os banqueiros estrangeiros em Nova York, no último dia 27 de janeiro, somente serão liberadas e efetivamente desembolsadas após o "waiver" do Fundo Monetário Internacional.

E não se trata apenas de um aval pelos atrasos no pagamento de juros e pela não revogação da centralização do câmbio mas, especialmente, pelo descumprimento das metas de política monetária negociadas ainda no ano passado.

A vinculação, disse essa

importante fonte, realmente existe, ao contrário do que insistem em afirmar as autoridades do Banco Central. Ela ocorreu, da mesma forma, nos empréstimos anteriores. "E praxe", acrescentou a fonte. Contudo, se o "waiver" sómente ocorrer em abril, é possível que os bancos acabem desembolsando as três primeiras tranches, que somam US\$ 3 bilhões, para evitar terem que lançar os atrasos do ano passado em conta de "non performing loans" (créditos em liquidação) no próximo balance trimestral.